



cedsif

Centro de Desenvolvimento de
Sistemas de Informação de Finanças

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO DE 2018
1º SEMESTRE**

MAPUTO, AGOSTO 2018

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Enviar a(os):	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Sua Excelência a Vice-Ministra da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF	
Delegados Provinciais do CEDSIF	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
COMP	Cenário Orçamental de Médio Prazo
CNDB	Centralização de NUIT e Domicílios Bancários
CUT	Conta Única do Tesouro
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado do SISTAFE
e-Tributação	Sistema de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionários e Agentes do Estado
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISSO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MISAU	Ministério da Saúde
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NUIB	<u>Número Único de Identificação do Beneficiário</u>
NUIT	Número Único de Identificação Tributária

OE	Orçamento do Estado
PAA	Plano Anual de Aquisições
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
EU	União Europeia
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ACTIVIDADES EXECUTADAS	12
2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE.....	12
2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE.....	17
2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE	20
2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF	20
2.4.1 SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL.....	21
2.4.2 RECURSOS HUMANOS	23
2.4.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	26
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	29
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	34
5. PERSPECTIVAS PARA 3º TRIMESTRE DE 2018	36
6. ANEXOS	39

SUMÁRIO EXECUTIVO

A implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), no presente quinquénio, é feita com base no Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019, sendo que as actividades do CEDSIF são realizadas tendo por base o Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019 e, a nível operacional, para o presente ano, a sua implementação tem como orientação o Plano de Actividades e Orçamento do CEDSIF 2018 (PAO 2018). No âmbito da execução do PAO 2018, no decurso do primeiro semestre, merecem destaque as seguintes realizações:

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), o e-SISTAFE, para um total de **1.629** órgãos e instituições do Estado ao nível Central, Provincial e Distrital.
- Descentralizada a execução da despesa pela Via Directa para mais **21** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), dentre as quais **2** de nível central, **12** provinciais e **7** distritais. Refira-se que desde que o processo iniciou em 2006 foram descentralizadas **1.497** UGB, sendo **183** de nível central, **619** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **91,9%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.629** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2018. Esta descentralização contribuiu para que no 1º Semestre cerca de **69,61%** da despesa total fosse executada por Via Directa.
- Garantidas as condições tecnológicas e de suporte ao processo de pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) a **319.906** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) de um total de **342.969** na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF) no mês de Junho de 2018, o correspondente a **93,28%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **312.890** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **91,23%** do total dos FAE na situação de activo no e-CAF.
- Concluída a fase preparatória (administrativa, organizacional, catalogação dos bens e serviços e inscrição dos fornecedores) com vista à integração no Piloto de Incorporação de Bens pela Via Directa através das rotinas do Módulo de

Administração do Património do Estado, do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca (MIMAIP) e do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), como resultado da consolidação do piloto da operacionalização do Módulo de Administração do Património do Estado

- Criadas as condições para descentralização do processo de emissão dos Certificados do Cadastro dos Empreiteiros e Fornecedores do Estado (CEF), da Unidade Funcional de Aquisições (UFSA) para as Direcções Provinciais da Economia e Finanças, com vista a facilitar o acesso aos Certificados pelos fornecedores e promover maior competitividade nos processos de aquisição, tendo-se já finalizado o suporte tecnológico, identificadas as necessidades de equipamentos e de capacitação. Espera-se operacionalizar a descentralização deste instrumento durante o segundo semestre do ano em curso.
- Concluído o mapeamento de itens de bens e serviços para simulação da carga de preços na funcionalidade de Preço de Referência (PRF), com vista a permitir a interoperabilidade entre o e-SISTAFE, na componente do MPE, e o sistema de determinação de preços de referência do Instituto Nacional de Estatística (INE), o que permitirá que as UGEA tenham uma base para estimar os custos nos processos de contratação, tendo ficado para o semestre seguinte, a implementação de acções visando a sua operacionalização.
- Disponibilizada uma janela no e-SISTAFE, concretamente, no Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), que permite que o Tribunal Administrativo introduza dados de atribuição do Visto directamente no e-SISTAFE, tendo ficado para o semestre seguinte, a implementação de acções visando a sua operacionalização.
- Aprimorado o processo de adopção do e-SNGRHE pelas instituições da Administração Pública, com a continuidade da operacionalização do Piloto em **16** instituições, especificamente nas funcionalidades de introdução dos dados cadastrais dos Funcionários e Agentes do Estado e a realização da Prova de Vida, tendo já sido migrados do e-CAF para o novo sistema, dados de **8.132** Funcionários e Agentes do Estado (FAE).

- Identificadas melhorias a introduzir nos processos de classificação e canalização da receita à Conta Única do Tesouro (CUT), tendo como suporte uma maior integração entre o e-Tributação com o e-SISTAFE e os sistemas dos Bancos comerciais, e já foram finalizadas as especificações de requisitos de negócio, que criaram condições para o início da implementação das funcionalidades cuja finalização está prevista para Outubro próximo.
- Elaborados os Modelos de Negócio que atendem a questões de transferência de receitas advenientes das multas, de gestão de acesso ao sistema, de recuperação de valores resultantes de pagamentos indevidos por falha técnica a nível no desenvolvimento da solução tecnológica, Titulação de Contas Bancárias e de Rotina de Regularização de Contratos de aquisição de bens e serviços.
- Disponibilizadas funcionalidades que permitem a validação dos dados da Prova de Vida dos Pensionistas e concebido o mecanismo que viabiliza o pagamento de Pensões através da reutilização de toda a infra-estrutura e processos sobre a emissão e processamento de Ordens de Pagamento (OP) via e-SISTAFE, estando a sua implementação e operacionalização prevista para o segundo semestre do ano em curso.
- Disponibilizada informação financeira conjugada à informação sobre escolas e professores para uso do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e iniciado o desenvolvimento de uma plataforma mais completa, que permite a manipulação e geração de informação analítica sobre a Gestão das Finanças Públicas, obedecendo a disciplina e ferramentas de *Business Intelligence* (BI), prevendo-se a operacionalização dos resultados no segundo semestre do ano em curso.
- Iniciada a operacionalização do Sistema de Gestão de Beneficiários do INAS numa plataforma centralizada resultante do trabalho conjunto entre o INAS e o CEDSIF, tendo permitido o processamento de subsídios de **1.309** beneficiários da Cidade de Maputo, e está em curso a expansão da plataforma, prevendo-se que sejam alcançadas todas províncias até ao final do ano 2018. E
- Reforçada a capacidade das instituições em matérias de utilização do e-SISTAFE e sistemas complementares, através da capacitação de **2.132** utilizadores, dos

quais **725** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **201** Incorporação de Bens Patrimoniais, **240** do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **146** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **632** no Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **166** Agente de Segurança (AS) e **22** utilizadores no âmbito do Utilizadores do e-SNGRHE, para melhor desempenho dos processos.

Para materialização destes resultados, o CEDSIF contou com **301** colaboradores. Em termo de execução financeira, a despesa acumulada foi de **316.450.887,64 MT**, equivalente à **44,76%** da dotação orçamental actualizada do PAO 2018, sendo de referir que três rubricas absorveram grande porção das despesas liquidadas, nomeadamente, a de salários e remunerações, demais despesas com pessoal, e de bens e serviços.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF) é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira criada pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 de Agosto de 2010, com alterações introduzidas através do Decreto 27/2012, de 26 de Julho, que também aprova o seu Estatuto Orgânico, e funciona sob tutela do Ministro que superintende a área das Finanças.

O CEDSIF tem como atribuições nucleares prestar, a todos os Órgãos e Instituições do Estado, serviços de organização e modernização dos processos de gestão das Finanças Públicas, nomeadamente, nos domínios da gestão estratégica, da governação e do desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, bem como a sua implementação e operação.

Para o cumprimento das suas atribuições, o CEDSIF elaborou o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2018 (PAO 2018), o qual serve de principal instrumento para operacionalização em 2018 do Plano Estratégico de Finanças Públicas 2016-2019 e do Plano Estratégico do CEDSIF 2015 – 2019 (PE 2015-2019).

O PAO 2018 assenta no atendimento às prioridades definidas no Plano Estratégico 2015-2019 (PE 2015-2019) do CEDSIF, que tem como alicerces os preceitos definidos na Visão das Finanças Públicas (VFP) 2011-2025 e no Programa Quinquenal do Governo (PQG), proporcionando visibilidade às actividades estratégicas a serem executadas em consonância com as directrizes estabelecidas no PE 2015-2019 e, no presente exercício económico, prioriza a realização das seguintes actividades: (i) Consolidar a reforma do SISTAFE; (ii) Dar continuidade a implementação do SISTAFE; (iii) apoiar as instituições do Estado no desenvolvimento de Sistemas Complementares ao e-SISTAFE e (iv) garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional.

Para execução do PAO 2018, com necessidades na ordem de **887.317.170,33 MT**, a dotação inicial foi de **462.767.730,00 MT**, resultante do somatório dos Recursos do Tesouro no montante de **317.184.730,00 MT**, Receitas Próprias no valor de **60.010.332,02 MT** e do Fundo Comum do SISTAFE no montante de **23.914.059,00 MT**. No processo de execução do PAO em resultado das inscrições de saldos transitados e

reforço orçamental na componente externa, a dotação disponível passou para **706.921.264,00 MT**, o que representa um acréscimo de **244.153.534,00 MT**, equivalente à **52,76%** da dotação inicial. Assim sendo, com o orçamento disponível o défice actual, face às necessidades para execução do PAO, é de **20,33%**.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF, no âmbito da execução do PAO 2018 no 1º semestre e a sua estrutura, além do Sumário Executivo, incorpora os seguintes pontos:

1. Introdução.
2. Actividades executadas.
3. Balanço de execução orçamental.
4. Avaliação do desempenho.
5. Perspectivas para 3º trimestre de 2018.
6. Anexos.

2. ACTIVIDADES EXECUTADAS

O presente relatório compreende as actividades realizadas pelo CEDSIF, nas componentes de consolidação da reforma e continuidade do SISTAFE, implementação de Sistemas complementares do SISTAFE, bem como de funcionamento e desenvolvimento institucional, no âmbito da execução do PAO 2018.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE

As acções executadas nesta componente no período em análise, concentraram-se na:

1. Descentralização da execução do orçamento no e-SISTAFE para mais **21¹** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB) por solicitação e a expensas das próprias UGB, dentre as quais **2** de nível central, **12** provinciais e **7** distritais. Assim, desde que o processo iniciou em 2006, foram descentralizadas **1.497** UGB, sendo **183** de nível central, **619** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **91,90%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.629** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2018; ficando por descentralizar **132** UGB, correspondentes a **8,10%**. Com efeito, actualmente **144** das **154** administrações distritais elaboram e executam o seu orçamento directamente no e-SISTAFE.

A descentralização realizada contribuiu para que cerca de **69,61%** da despesa total fosse executada por Via Directa, diante da meta de **80,00%** prevista para Dezembro de 2018 no PEF 2016-2019, pese embora seja superior a de igual período do ano 2017 que foi de **66,00%**.

2. Garantia da disponibilidade da plataforma informática (e-SISTAFE) de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), sendo que, até finais de Junho, do total dos **979 sites** existentes, estiveram disponíveis **931 sites**, o que equivale à **95,1%** do universo. Portanto, **5%** de *sites* estiveram indisponíveis por avarias dos equipamentos e problemas de rede das Telecomunicações de Moçambique (TDM), conforme a tabela 1, que ilustra a

¹ Representando uma evolução para mais **21** UGB comparativamente ao registado no ano de 2017.

dinâmica comportamental de sites no 1º semestre no respeitante à disponibilização e operacionalização do (e-SISTAFE) ao nível Central e Provincial.

Tabela 1: Dinâmica dos Sites Registada no 1º Semestre

Meses		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Número de Sites do e-SISTAFE	Total	968	968	971	974	977	979
	Disponíveis	890	934	905	900	914	931
	Indisponíveis	78	34	66	74	63	48
	% Disponibilidade	91,94%	96,49%	93,20%	92,40%	93,65	95,10%

3. Garantia dos ajustes nas plataformas tecnológicas de suporte ao Processamento de Salários, para atender ao preceituado no Decreto nº 75/2017, de 27 de Dezembro, que aprova medidas de contenção de despesas públicas e os ajustes na tabela salarial aprovados pelo Governo para o presente exercício económico, o que culminou com a continuidade do pagamento de salários e remunerações dentro da normalidade, possibilitando o pagamento por Via Directa (VD), de **319.906** FAE de um total de **342.969** na situação de activo no e-CAF, o correspondente a **93,28%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **312.890** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **91,23%** do total dos FAE.
4. Reforço na criação de capacidade técnica dos utilizadores do e-SISTAFE, tendo sido capacitados **2.132**, dos quais **725** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **201** Incorporação de Bens Patrimoniais, **240** do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **146** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **632** no Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **166** Agente de Segurança (AS) e **22** utilizadores no Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE), para melhor desempenho dos processos.
5. Garantia de assistência na utilização do e-SISTAFE, tendo sido registados **5.413** solicitações dos utilizadores, dentre as quais, **750** do e-CAF, **199** do e-SISTAFE, **520** do MEX e **206** do e-FOLHA, e prontamente resolvidos **4.958**.

Adicionalmente aos resultados alcançados, ainda fazem parte da Consolidação da Reforma do SISTAFE, a promoção de várias melhorias e de resultados intermédios que viabilizam a materialização dos resultados dos períodos subsequentes, destacando-se:

No Módulo de Execução Orçamental (MEX):

- Aumento da consistência do funcionamento e simplificação do mecanismo de análise e execução das anulações dos pagamentos por parte da Direcção Nacional da Contabilidade Pública (DNCP), através da reestruturação da funcionalidade sobre a anulação de pagamentos por Adiantamento de Fundos (AFU) e aumento da abrangência das regras subjacentes ao processo.
- Criação de condições para a implementação de mecanismos que possibilitam o aumento da liquidez à Unidade do Subsistema do Tesouro - Central, através da clarificação e elaboração do Modelo de Negócio sobre a Transferência de Receitas e Multas, cujo objectivo é permitir a transferência imediata das receitas ociosas, provenientes das cobranças das multas pelas unidades do Ministério da Economia e Finanças nas Províncias, para o nível Central.
- Criação de condições para implementação de funcionalidades que permitem aumentar a disponibilidade da informação do e-SISTAFE, com a elaboração do Modelo de negócio para Gestão de Acesso, que apresenta soluções que possibilitam que os usuários recentemente cadastrados no e-SISTAFE tenham acesso à informação dos exercícios financeiros anteriores.
- Disponibilização de condições tecnológicas para materializar a preocupação do Estado em racionalizar a quantidade das suas contas bancárias, bem como de melhorar a gestão das contas e dos fundos que nelas transitam, através da realização dos ajustamentos no sistema para atender aos procedimentos e regras impostas pelo Diploma Ministerial nº 23/2018, de 02 de Fevereiro, que estabelece as regras de gestão de Contas Bancárias do Estado.
- Levantamento de oportunidades de melhoria no processo de encerramento do exercício económico de 2018 e abertura de 2019, visando proporcionar maior automatismo e garantir que o sistema feche no último dia útil do ano corrente e abra no primeiro dia útil do ano seguinte.

- Definição de regras e procedimentos e a sua sistematização e implementação de funcionalidades que flexibilizem a recuperação de valores de despesas com pessoal cujo pagamento foi efectuado em duplicado, por falha técnica a nível do desenvolvimento da solução tecnológica.
- Criação de condições tecnológicas para no segundo semestre de 2018, dar-se o início à operacionalização do envio de alertas por SMS no e-SISTAFE, com informação dos eventos mais relevantes, como alertas ao Ordenador da Despesa sobre efectivação de despesas acima de determinado valor, alertas aos Funcionários e Agentes do Estado sobre o alcance do período para a realização da sua Prova de Vida, entre outras utilidades conforme a progressão de prioridades.
e
- Conclusão da implementação de várias outras melhorias como os casos de compensação de nota de crédito, data de sincronização de folhas, revisão de relatórios de orgânicos subordinados por UGB, actualização de nomes de relatórios da Conta Gerência, Relatórios da Conta Única do Tesouro-NP e melhoria de performance de extracção do ficheiro de pagamentos de descontos tipo banco, no âmbito do processo de implementação de aplicações de melhorias no Módulo de Execução Orçamental. A sincronização de folhas irá permitir que de forma automatizada, o sistema possa libertar excepcionalmente a quota financeira sem a verificação dos 3 dias necessários após a data de sincronização das folhas de salário.

No Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF) e no Sistema de Processamento e Pagamento de Salários (e-FOLHA):

- Provisão aos sectores, de maior autonomia na gestão da tabela sobre os impostos de Reconstrução Nacional e do Calendário Académico, através da promoção de melhorias nos mecanismos para a declaração de rendimento mensal de benefício de empréstimo, passando a incluir informação sobre descontos bancários relativos a créditos bancários que o funcionário possui e melhorias no processo de actualização do calendário Académico.

- Disponibilização de mecanismos que viabilizam a interoperabilidade entre o e-CAF e o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE) em fase de Piloto, visando permitir que as instituições abrangidas pelo Piloto do e-SNGRHE deixem de ter acesso ao e-CAF, forçando a sua migração para o novo sistema, enquanto o e-CAF continua disponível para as demais instituições, estando em operacionalização nestes moldes, as funcionalidades sobre a actualização de dados cadastrais dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) e a Prova de Vida dos FAE.
- Introdução de melhorias no Relatório de Descontos não Obrigatórios por forma a facilitar a identificação de eventuais inconsistências que podem ocorrer no acto da fixação de desconto, e elaboração do Modelo de Negócio relativo ao Decreto nº75/2017, de 27 de Dezembro, que atende à contenção da Despesa Pública. E
- Estabelecimento e operacionalização de interoperabilidade entre o Cadastro de Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF) e o Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), tendo em vista a troca de informação entre os sistemas.

Ainda na componente de Consolidação do SISTAFE, importa observar que foram realizadas as seguintes acções:

- A análise da legislação e normas das Finanças Públicas, tendo em vista proceder à revisão do Diploma Ministerial nº 181/20/2013, de 14 de Outubro, o qual actualiza o Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos (MAF).
- Início da elaboração do Plano de Acção para operacionalização do Diploma Ministerial que aprova as Regras de Gestão de Contas Bancárias do Estado, e sua divulgação. E
- Início da elaboração da Nota Conceptual da revisão dos relatórios da Conta Geral do Estado.

2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE

Visando dar continuidade a implementação do SISTAFE, o CEDSIF realizou uma série de acções que culminaram com os seguintes resultados:

1. **Na Comunicação da Reforma das Finanças Públicas** - produção do vídeo sobre a visibilidade de acções realizadas para o benefício da reforma, no âmbito da subvenção da União Europeia (2013-2017).

2. No projecto **Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE)** - introdução da plataforma electrónica e-SNGRHE como instrumento de trabalho, partindo de um Piloto em **16** instituições, dentre as quais **7** de nível central, **6** na sede da Província de Maputo e **3** no Distrito de Boane, tendo sido migrados do e-CAF para o novo sistema, dados de **8.132** Funcionários e Agentes do Estado, onde são mantidos os seus dados cadastrais e realizada a sua Prova de Vida, prevendo-se uma expansão gradual, à medida que os processos vão sendo consolidados, seja em termos de novas instituições a operar no sistema, assim como de cobertura de funcionalidades.

3. No **e-Tributação** - finalização das especificações de negócio e início do desenvolvimento das melhorias das funcionalidades sobre o Número Único de Identificação Tributária (NUIT), Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e Imposto Simplificado de Pequenos Contribuintes (ISPC), necessárias para o estabelecimento do e-Tributação como plataforma única na gestão destes processos ainda dentro do ano em curso e a consequente descontinuidade das outras aplicações como é o caso do Sistema de Cobrança de Receita (SICR), resultante da retoma da implementação do projecto com o novo parceiro. Neste projecto, destacam-se ainda a operacionalização dos seguintes aspectos especificados e em desenvolvimento:
 - a. Integração entre o e-Tributação e o e-SISTAFE, com vista a automatizar e flexibilizar o processo de classificação da receita. E
 - b. Integração entre o e-Tributação e os Bancos Comercias, com vista a captar em tempo real no e-Tributação, os pagamentos de impostos efectuados pelos vários canais disponibilizados pelos Bancos.

4. Na implementação da **Rede de Cobrança**, o estabelecimento de bases para o desenvolvimento de interoperabilidade entre o e-SISTAFE e a Janela Única Electrónica (JUE) para classificação automática da receita e pagamento de encargos aduaneiros por Nota de Contabilização, com a definição e aprovação das Notas Conceptual e Técnica.

5. No projecto **Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)**, a consolidação do processo de execução da despesa e incorporação de bens adquiridos pela via directa, com recurso às rotinas do MPE, em curso no MEF, MISAU e MINEDH (incluindo respectivas tuteladas), tendo permitido até 30 de Junho do ano em curso, o registo de **225** contratos, **343** requisições de compras e a execução de **72** processos nos novos moldes. As lições obtidas contribuíram para melhor preparação das próximas instituições a serem integradas no MPE, reflectindo-se no plano de expansão aprovado onde se prevê a integração do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca (MIMAIP) e do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) em Agosto do ano em curso. É também de destacar neste módulo, a criação de condições para descentralização da Unidade Funcional de Aquisições (UFSA) para as Direcções Provinciais da Economia e Finanças, do processo de emissão dos Certificados aos Fornecedores do Estado no Cadastro de Empreiteiros e Fornecedores (CEF), o que irá permitir a redução do tempo necessário para os agentes económicos obterem este certificado e conseqüente aumento da competitividade nos processos de aquisição, tendo-se já feito os ajustes no sistema, identificado as necessidades de equipamentos e de capacitação, esperando-se operacionalizar a descentralização deste instrumento durante o segundo semestre do ano em curso. Ainda, é de destacar a conclusão do mapeamento de itens de bens e serviços para simulação da carga de preços na funcionalidade de Preço de Referência (PRF), com vista a permitir a interoperabilidade entre o e-SISTAFE, na componente do MPE, e o sistema de determinação de preços de referência do Instituto Nacional de Estatística (INE), o que permitirá que as UGEA tenham uma base para estimar os custos nos processos de contratação, tendo ficado para o semestre seguinte, a implementação de acções visando a sua operacionalização.

E, visando permitir que o Tribunal Administrativo introduza dados de atribuição do Visto directamente no e-SISTAFE, foi disponibilizada uma janela no Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) para o efeito, tendo ficado para o semestre seguinte a implementação de acções para sua operacionalização.

6. No projecto **Sistema de Gestão Autárquica (SGA)**, a criação de uma equipa recorrendo a reaproveitamento dos recursos internos para dar seguimento, ainda que a ritmo lento, a implementação da Gestão Financeira Autárquica, enquanto aguarda-se pelo financiamento que permitirá um desenvolvimento mais acelerado do projecto.

7. No projecto **Subsistema de Planificação e Orçamentação**, a revisão do Modelo Conceptual, elaboração do Modelo de Negócio e do Manual de Planificação e Orçamentação, com apoio da consultoria disponibilizada pela União Europeia, que são os artefactos que irão permitir o arranque do desenvolvimento do Módulo de Planificação e Orçamentação no segundo semestre de 2018.

8. No **Subsistema de Controlo Interno**, a elaboração do Modelo de Negócio sobre a Programação do Controlo Interno e de listas de verificação, bem como a produção das respectivas especificações para a implementação das funcionalidades no segundo semestre.

9. No **Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP)**, a disponibilização de relatórios com informação financeira (de execução da despesa) para o Sector da Educação, integrados à informação sobre as escolas, professores e a respectiva criação de capacidade aos utilizadores do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) para o uso da ferramenta tecnológica. Ainda neste projecto, deu-se arranque a uma acção mais estruturada que visa combinar dados de várias fontes para a geração de informação analítica sobre Finanças Públicas, usando a disciplina e as plataformas de *Business Intelligence* (BI), que inclui a capacitação de pessoal, a adopção de novas ferramentas e infra-estrutura, na perspectiva de ter benefícios para o negócio ainda no ano em curso, a partir da operacionalização do sistema. E

10. No Módulo de Salários e Pensões, a disponibilização de funcionalidades que permitem a validação dos dados da Prova de Vida dos Pensionistas, bem como a concepção de um mecanismo que viabilize o pagamento de Pensões através da reutilização da infra-estrutura e processos sobre a emissão e processamento de Ordens de Pagamento por via do e-SISTAFE, com a perspectiva de entrar em operacionalização ainda no decurso do presente ano.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, destacam-se os seguintes resultados:

1. No **projecto e-INAS**, a operacionalização do Sistema de Gestão de Beneficiários do INAS numa plataforma centralizada resultante do trabalho conjunto entre o INAS e o CEDSIF, permitiu o processamento de subsídios de **1.309** beneficiários da Cidade de Maputo, estando em curso a expansão da plataforma, prevendo-se alcançar todas províncias durante o ano de 2018. Para garantir a expansão da utilização do SGB a nível nacional, foi configurado o acesso a vinte e oito (**28**) das trinta (**30**) Delegações do INAS. E
2. No **projecto SINAGEC**, a disponibilização de funcionalidades para o Cadastro dos Insumos e Serviços de construção civil e os respectivos Preços de Referência, que já se encontram em operacionalização pelo Ministério das Obras Públicas e Recursos Hídricos (MOPHRH) na sua Central de Catalogação, tendo já cadastrado **691** insumos, a serem publicados durante o segundo semestre do ano em curso, por meio de um Portal cujo desenvolvimento já foi finalizado.

2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF

O capítulo apresenta realizações nas componentes de suporte institucional, de Recursos Humanos, de gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços, de execução financeira (resumo) e de funcionamento do Conselho de Direcção do CEDSIF.

2.4.1 Serviços de Suporte Institucional

Na prossecução e controlo do processo de execução das actividades de suporte, constantes deste objectivo estratégico do Plano Estratégico 2015-2019, foram realizadas acções a seguir apresentadas.

No domínio de instrumentos de gestão da instituição, no âmbito do processo de planificação, acompanhamento, monitoria e avaliação das actividades, foi actualizado o PAO 2018, elaborado o relatório Anual de Execução das Actividades do PAO 2017, bem como o relatório de execução de actividades do PAO 2018 do 1º trimestre e elaborado o Balanço de Meio-Termo da Implementação do Plano Estratégico referente ao período 2015-2017.

No mesmo período, com vista a garantir a execução do PAO 2018, foi concluído o processo de inscrição dos saldos transitados de 2017 para 2018, revistas as necessidades orçamentais por Unidade Orgânica da Instituição e redistribuído o orçamento do PAO 2018 para cobrir défices em rubricas críticas para o funcionamento da instituição e do Sistema face às novas prioridades.

Na componente de cooperação, no âmbito da Monitoria e Avaliação, foi realizada a 1ª Reunião do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE para 2018, e, na sequência da mesma, elaborado o documento de fundamentação dos níveis de execução da despesa pela Via Directa e Indirecta e submetido aos Parceiros de Cooperação.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseado na Norma ISO 9001, para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF, foi actualizado o conteúdo do Portal de melhoria contínua, dando destaque a reestruturação do menu de navegação e introdução de novos conteúdos relativos com as actividades de melhoria contínua. Foi divulgado o Sistema de Gestão do CEDSIF, tendo participado na acção **214** colaboradores da instituição, e estão em elaboração os documentos sobre procedimentos operacionais com vista a auxiliar nas diversas actividades do CEDSIF e respectivo controlo interno, com destaque para os Manuais sobre Gestão do Património e de Planeamento Operacional. Foi elaborado o Manual de Procedimentos de Atendimento ao Utilizador, nas vertentes de expansão de *sites* e resolução de problemas de infraestrutura e indisponibilidade de sistema, revisto o manual relativo ao procedimento de elaboração de documentos, estando em curso a sua harmonização.

Ainda relativamente à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, com vista a garantir a uniformização de procedimentos de trabalho e melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo CEDSIF, foi iniciada a Auditoria Interna ao Sistema de Gestão da Qualidade, no escopo do Processo de Atendimento ao Utilizador; e, no âmbito da definição, a implementação e consolidação dos processos do CEDSIF, mapeada e aprovada a operacionalização da competência Organizacional “Gerir Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação e Comunicação (SI/TIC)” e criada a Unidade de Gestão de Produtos e Serviços (UGPS).

Para garantir a segurança e funcionamento pleno dos sistemas, em gestão de facilidades (energia e frio do edifício e centro de dados): (i) foram feitas **58** intervenções de manutenções preventivas e correctivas às instalações do CEDSIF, ii) efectuada a monitoria diária do estado da infra-estrutura de apoio aos Centros de Dados que culminou com a elaboração **119** relatórios.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI), que para além de assegurar um elevado nível de segurança dos sistemas de informação e minimizar a exposição ao risco nos processos de negócio, visa garantir o alinhamento com o Sistema de Gestão de Qualidade outros sistemas de gestão a serem implementados no CEDSIF e as boas práticas internacionalmente aceites (i) foi elaborado o manual do sistema de gestão de segurança da informação, (ii) revistas as normas de segurança da informação, (iii) elaborado o plano de auditorias de segurança a serem realizadas no segundo semestre, (iv) realizadas várias sessões de sensibilização em matéria de segurança, abrangendo **220** colaboradores do CEDSIF, bem como a **50** Administradores de Segurança das províncias de Gaza, Tete e Niassa.

Na componente específica de gestão de risco, i) está em curso a elaboração do modelo de gestão de riscos de negócio e Tecnologia de Informação (TI) em conformidade com as normas ISO 31000 e 27005, e ii) elaboradas **05** análises de riscos referentes aos projectos em desenvolvimento no CEDSIF.

Para assegurar a elaboração do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), (i) foi elaborado um roteiro detalhado das acções a serem levadas a cabo, que servirá de guião, para a materialização deste plano, (ii) está em curso a harmonização da política de continuidade de negócio, (iii) em andamento o processo de Priorização dos Processos

chave do CEDSIF, (iv) em curso acções para a realização do cenário 2 do teste de recuperação de desastres, (v) elaborado o plano de emergência e, (vi) em curso acções para a certificação do CEDSIF como uma instituição que cumpre com os requisitos de combate a incêndios, que inclui a já realizada formação de **60** colaboradores em combate a incêndios e primeiros socorros, e (vii) feita a recolha, registo e armazenamento de **279** cópias de segurança.

No domínio de assistência jurídica à instituição, com vista a garantir a conformidade legal dos actos e processos internos, foram realizadas actividades de representação do CEDSIF em juízo, atinentes a processos em que é parte, de emissão de diversos pareceres jurídicos sobre matérias de contratações públicas e de gestão de recursos humanos.

Na componente de criação e reforço de ferramentas de comunicação interna, com vista à tornar os processos mais fluídos, participativos e transparentes, foi actualizada a página de intranet, elaborados boletim Informativo (trimestral), revistas de imprensa (quinzenal) e *flash* informativos (por demanda), produzidos vídeos para TV corporativa, e iniciada a gravação na “Rádio Moçambique” de conteúdos para o programa radiofónico “ABC” de Finanças Públicas.

Também, no âmbito da implementação de metodologia de gestão alinhada com estratégia organizacional, foram actualizadas as matrizes de indicadores de gestão do CEDSIF, tendo sido introduzido um indicador de acções de cobertura de eventos a nível interno e externo e harmonizado o plano de aquisição - acções de comunicação e imagem.

2.4.2 Recursos Humanos

Esta componente compreende informação integrada sobre os recursos humanos, agrupada por género, nível académico, estrutura etária, Unidade Orgânica, modalidade de vinculação e designação de técnicos para exercerem funções em comissão de serviço.

Caracterização dos Recursos Humanos

O CEDSIF, no primeiro semestre, contou com um efectivo de trezentos e um (301) colaboradores, sendo duzentos e um (201) do sexo masculino, e cem (100) do sexo feminino, afectos às diferentes Unidades Orgânicas, conforme ilustra a tabela 2. Refira-se que, no período em apreço, o CEDSIF registou saída de seis (6) técnicos e integrou no corpo dos seus colaboradores mais catorze (14) Técnicos, dos quais três (3) provenientes

do Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), em regime de destacamento para o projecto e-SNGRHE, dois (2) transferidos da Autoridade Tributária, um (1) transferido do T.A e onze (8) do Ministério da Economia e Finanças, sendo seis (6) em regime de destacamento e dois (2) transferidos para cumprirem funções na área de TI.

Os colaboradores referidos estão em serviço no CEDSIF e afectos às Unidades Orgânicas e Projectos, conforme a tabela 2.

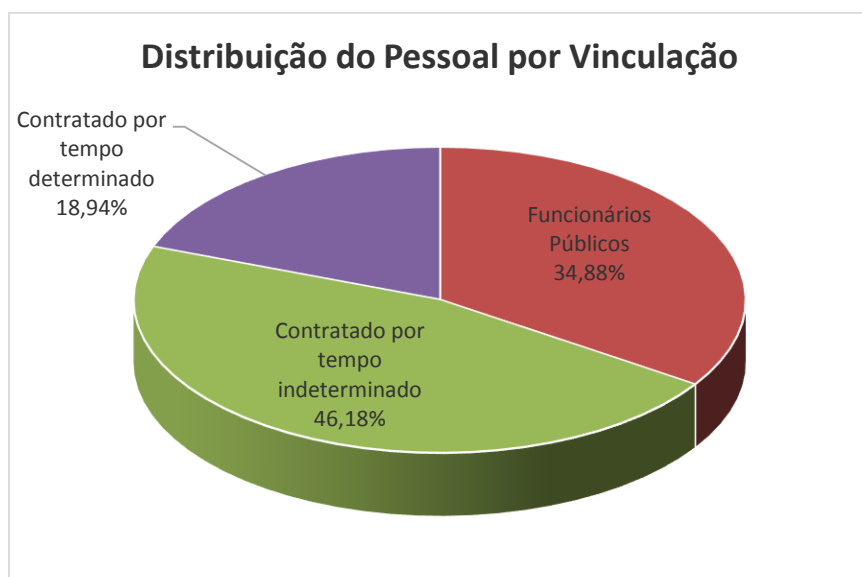
Tabela 2. Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Projectos, Nível Académico e Género

Unidade Orgânica	Nível Académico																								
	Mestrado			Licenciatura			Bacharel			Profissional			Médio Geral			Basico			Elementar			Total Geral			
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	%
AJ			0	1	1	2			0			0			0			0			0	1	1	2	0,66
UCI	1	1	2	2	1	3			0			0			0			0			0	3	2	5	1,66
DAF		2	2	4	2	6			0	3	3	6	2	3	5	4	4	5	5	9	19	28		9,30	
DAU			0	1	1	2			0	7	1	8	1	3	4	0	0			0	9	5	14	4,65	
Delegações		1	1	3	22	25			0			0			0			0		0	3	23	26	8,64	
DG		1	1	3	2	5	2	2				0	1	1			0			0	4	5	9	2,99	
DRH	1		1	5	2	7			0	1	1	2			0			0		0	7	3	10	3,32	
Escola		1	1	2	3	5			0	1		1	0	0	1	1	1	1	1	4	5	9		2,99	
UGPS		1	1																						
UCGP		1	1	0	2	2			0			0			0			0		0	0	3	3	1,00	
Projecto e-Tributaçã o			0	2	6	8			0			0			0			0		0	2	6	8	2,66	
Projecto INAS			0		5	5			0			0			0			0		0	0	5	5	1,66	
Projecto MPE			0	5	10	15			0			0	1	1			0		0	6	10	16		5,32	
Projecto SCI			0	1	3	4			0		0	0			0			0		0	1	3	4	1,33	
Projecto SGIFP			0		4	4			0		0	0			0			0		0	0	4	4	1,33	
Projecto SINAGEC			0	1	4	5			0			0			0			0		0	1	4	5	1,66	
Projecto SNGRH			0	3	9	12			0			0			0			0		0	3	9	12	3,99	
Projecto SISMP				1	1	2															1	1	2		
Projecto SPO			0	2	5	7			0			0			0			0		0	2	5	7	0,33	
SCI	1	1	2	2	6	8			0			0	0	0			0		0	3	7	10		3,32	
SDSI			0	6	30	36	1	1				0	0	0			0		0	6	31	37		12,29	
SO			0	6	23	29			0	1	2	3	0	2	2			0		0	7	27	34	11,30	
SOM	1		1	14	12	26	1	1	1	1	1	1	1	1			0		0	17	13	30		9,97	
SQC	2	0	2		2	2			0			0			0			0		0	2	2	4	1,33	
SSSI	1		1	1	5	6			0			0		1	1			0		0	2	6	8	2,66	
UGEA	1		1	5	2	7			0			0		1	1			0		0	6	3	9	2,99	
Total	8	9	17	70	163	233	1	3	4	13	8	21	6	10	16	1	4	5	0	6	6	99	202	301	100,00

Natureza de Vínculo Laboral do Pessoal

O vínculo laboral do pessoal em serviço na Instituição compreende duas modalidades, uma por contrato por tempo determinado ou indeterminado, e outra por provimento. Actualmente, o universo do pessoal do CEDSIF é composto por **139** colaboradores com contrato por tempo indeterminado (**46,18%**), **57** com contrato por tempo determinado (**18,94%**), e **105** com provimento (**34,88%**), conforme o gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição do Pessoal em Serviço no CEDSIF



Nível Académico e Estrutura Etária

Analisando o nível académico e a estrutura etária, constata-se que a maior parcela do pessoal do CEDSIF é composta por licenciados no total de **232** colaboradores, o equivalente à **77,08%**, conforme ilustra a tabela 3. A faixa etária mais significativa é de **31-40** anos, com **158** colaboradores, o que corresponde a **52,32%** do efectivo global da instituição.

Tabela 3: Distribuição do Efectivo por Nível Académico, Género e Faixa Etária

Nível Académico /Género	Faixas Etárias																						
	18-25			26-30			31-40			41-50			51>60			61»			Total Geral				
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	%	
Mestrado			0			0	6	5	11	2	1	3		3	3			0	8	9	17	5,65	
Licenciatura		12	12	6	29	35	40	85	125	20	30	50	3	5	8	1	1	2	70	162	232	77,08	
Bacharelato			0			0	1	1	2		1	1		1	1			0	1	3	4	1,33	
Médio Profissional			0		4	4	6	3	9	6	0	6	1	1	2			0	13	8	21	6,98	
Médio Geral	1		1		1	1	3	6	9	1	1	2	1	2	3			0	6	10	16	5,32	
Básico			0			0		1	1			0		1	3	4			0	1	4	5	1,66
Elementar			0			0		1	1			0		2	2			3	3	0	6	6	1,99
Total	1	12	13	6	34	40	56	102	158	29	33	62	6	17	23	1	4	5	99	202	301	100,00	

Pessoal em Comissão de Serviço

No período em avaliação, o CEDSIF nomeou dois técnicos, um com função de coordenar a Unidade de Gestão de Produtos e Serviços, e outro de gerir o Projecto para o desenvolvimento de um Sistema Informático de Suporte às Funções do Ministério Público na Jurisdição Administrativa. Com estas nomeações, o CEDSIF passou a ter, nas funções de Direcção e Chefia, um (1) Director Geral, dois (2) Directores Gerais Adjuntos, três (3) Assessores de Direcção, seis (6) Directores de Serviços, seis (6) Chefes de Departamento, oito (8) Delegados Provinciais, oito (8) Gestores de Projecto, Dezassete (17) Chefes de Divisão, dez (10) Chefes de Áreas e Sete (7) Chefes de Secção, totalizando **68**.

2.4.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) 2018, instrumento de gestão de contratações públicas para aquisição de bens e serviços, inicialmente previa **54** contratações, incluindo os transitados de 2017, tendo sido actualizado para **72**. Esta variação resultou em parte da inclusão de **12** concursos no âmbito do Memorando de Entendimento com o Gabinete de Gestão de Riscos do Ministério da Economia e Finanças e com a Irlanda, nos termos do qual o CEDSIF liquidará as despesas decorrentes do financiamento de certas actividades daquela instituição pela Irlanda.

Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) foram aplicados tanto as modalidades de contratação competitivas assim como o ajuste directo, conforme ilustra a tabela 4.

Tabela 4: Modalidades de Contratação de Janeiro a Junho de 2018

Período	Modalidade de Contratação	Estágio	Qtd
Transitados de 2017	Concursos	Lançados	11
	Ajuste Directo	Lançados	3
2018	Concursos	Lançados	20
	Ajuste Directo		18
	Concursos	Por lançar	12
	Ajuste Directo		8
Total			72

A contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada e o CEDSIF optou por esta modalidade, na contratação de manutenção de viaturas nos agentes, na contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, na contratação do arrendamento de armazém, na contratação de serviços de comunicação móvel e fixa e nos contratos de adesão para fornecimento de energia elétrica e água.

Tabela 5: Concursos e Ajustes Directos lançados em 2018

Modalidade	Fundamentação da Modalidade	Nº	Valor Agregado (MT)	%
Ajuste Directo	Manutenção de viaturas nos agentes, contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos, e estacionamento de viaturas; arrendamento de armazém, serviços de comunicação móvel e fixa e contratos de adesão para fornecimento de energia elétrica e água.	18	9.816.594,79	81,51
Concurso público, limitado, de pequena dimensão. por cotações e consultoria	Em função do valor e objecto	20	43.281.034,97	18,49
Total Geral		38	53.097.629,76	100

2.4.4 Componente Orçamental

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício económico de 2018 foi de **462.767.730,00 MT**, tendo registado um acréscimo no valor de **244.153.534,00 MT** em resultado da inscrição de saldos transitados de 2017 para 2018, transferência de dotação

para as delegações do CEDSIF, o que implicou a sua alteração para a actual dotação de **706.921.264,00MT**, valor este executado em **316.450.887,64 MT**, o equivalente a **44,76%** da disponibilidade actual para execução do PAO 2018, no primeiro semestre.

2.4.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas um total de **18** sessões, das quais **12** Ordinárias e **6** Extraordinárias. As Sessões Ordinárias obedeceram ao calendário das sessões do Conselho de Direcção de 2018, cumprindo-se assim com o programa. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas. Das sessões realizadas, foram emanadas **56** recomendações, dentre estas **47** são de Sessões Ordinárias e **9** das Extraordinárias, para dinamizar a materialização das acções inscritas no PAO 2018.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2018 foi de **462.767.730,00 MT**, tendo passado para **706.921.264,00MT**, o que representa um acréscimo de **244.153.534,00 MT**, resultantes de inscrição de saldos transitados de 2017 para 2018, transferências de dotações para as Delegações províncias do CEDSIF, conforme a tabela 6.

Tabela 6: Mapa de Variação Orçamental de 2018 (MT)

Ordem	Fonte de Recursos	Orçamento Inicial (1)		Orçamento Actualizado (2)		Variação da Dotação (3=2-1)	Execução (4)		Grau de Execução (5=4/2)
		Valor	Peso	Valor	Peso		Valor	Peso	
1	101RT	317.184.730,00	69%	285.466.260,00	40%	(31.718.470,00)	204.000.176,16	64%	71,46%
2	111CEDSIF	60.010.330,00	13%	78.680.426,81	11%	18.670.096,81	23.156.400,88	7%	29,43%
3	Total de Componente Interna (1+2)	377.195.060,00	82%	364.146.686,81	52%	(13.048.373,19)	227.156.577,04	72%	62,38%
4	133FCSISTAFE	23.914.060,00	5%	207.328.695,85	29%	183.414.635,85	78.038.843,86	25%	37,64%
5	134ASDI	592.420,00	0%	592.420,00	0%	-	-	0%	0,00%
6	134BEL	14.500.000,00	3%	3.985.090,58	1%	(10.514.909,42)	3.985.090,58	1%	100,00%
7	134BEL-CDSIF	-	0%	10.514.909,42	1%	10.514.909,42	2.988.827,86	1%	28,42%
8	134IRLCEDSIF	-	0%	14.987.126,70	2%	14.987.126,70	-	0%	0,00%
9	134UE-CEDSIF	-	0%	29.507.396,40	4%	29.507.396,40	-	0%	0,00%
10	134WB-DNT	46.566.190,00	10%	75.858.938,24	11%	29.292.748,24	4.281.548,30	1%	5,64%
11	Total de Componente Externa (4+...+10)	85.572.670,00	18%	342.774.577,19	48%	257.201.907,19	89.294.310,60	28%	26,05%
12	TOTAL (3+11)	462.767.730,00	100%	706.921.264,00	100%	244.153.534,00	316.450.887,64	100%	44,76%

Saldo Inicial

O CEDSIF transitou de 2017 para 2018 com um saldo financeiro de **289.036.358,66 MT**, assim discriminados por fontes de recursos na tabela 7.

Tabela 7: Mapa de Saldo Inicial

Descrição	Moeda	Valores Detalhados	Câmbio	Valores MT
Valores em MZM				138.942.094,81
Tesouro - MT 133FCSISTAFE	MT	38.624.076,02	1,00	38.624.076,02
Tesouro - MT 134UE	MT	3.228.354,08	1,00	3.228.354,08
BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 53737613101 80	MT	45.934.617,51	1,00	45.934.617,51
Operações de Tesouraria (BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 53737613101 80)	MT	274.091,63	1,00	274.091,63
BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 14712476101 80	MT	2.250,00	1,00	2.250,00
BIM - CEDSIF - MT Conta 0001 0000 00000756698 57	MT	325.108,56	1,00	325.108,56
111CEDSIF-Recitas Próprias	MT	13.147.340,21	1,00	13.147.340,21
Tesouro - MT 134WB-CEDSIF	MT	37.406.256,80	1,00	37.406.256,80
Valores em MT - DPPFs	MT			0,00
Valores em USD				102.638.636,81
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	USD	1.484.865,80	59,03	87.651.510,11
BM - CEDSIF - USD	USD	253.890,00	59,03	14.987.126,70
Tesouro - USD 134UE-CEDSIF	USD			0,00
Valores em EURO - Tesouro				47.455.627,03
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE	EUR	673.750,65	70,44	47.455.627,03
Valor Total				289.036.358,66

Entradas do Período

Durante o período de Janeiro a Junho de 2018, houve entrada de recursos financeiros na ordem de **309.344.999,49MT**, assim discriminados:

- **204.000.176,16 MT**, proveniente de recursos de tesouro;
- **23.490.219,80MT** correspondente a USD **394.783,61**, proveniente da União Europeia, atinente a 10% do contrato de subvenção; e
- **81.854.603,53 MT**, proveniente das receitas próprias.

No período de Janeiro a Junho de 2018, o CEDSIF arrecadou em receitas próprias o montante de **81.854.603,53 MT**, correspondente a **104,03%** do montante de **78.680.426,81 MT** previsto a arrecadar em 2018 (valor este que integra parcelas de cobrança de serviços prestados no exercício económico 2017), tal como ilustra a tabela 8. Este resultado foi influenciado pela entrada de receitas de diferentes fontes (entidades) não previstas referentes ao exercício económico anterior, bem como pela superação do valor anual previsto a arrecadar em duas instituições para quais o CEDSIF presta serviço de retenção na fonte de valores para pagamento de prestações de amortização de créditos contraídos em instituições financeiras por FAE.

Tabela 8: **Receitas Próprias (MT)**

Receitas Proprias-CEDSIF 2018	Previsão Inicial das Receitas Própria (1)	Inscrição de Saldo das Receitas Próprias (2)	Previsão Actualizada das Receitas Própria (3=1+2)	Total Arrecadado	Grau de Execução
Letshego	28.747.320,00		28.747.320,00	22.460.030,00	78,13%
Movitel	162.000,00		162.000,00	81.000,00	50,00%
Banco +	902.400,00		902.400,00	2.428.235,00	269,09%
BayPort	20.159.160,00		20.159.160,00	31.662.340,00	157,06%
MozaBanco	487.662,84		487.662,84	243.831,42	50,00%
INTIC	487.662,84		487.662,84	245.131,42	50,27%
TA	487.662,84		487.662,84	203.192,85	41,67%
BCI	-		-	469.625,00	-
Escola do CEDSIF	2.216.461,48		2.216.461,48	802.951,49	36,23%
Venda de Cadernos de Encargo	60.000,00		60.000,00	1.100,00	1,83%
INAS (OIT)	6.300.000,00		6.300.000,00	306.432,00	4,86%
Projecto SGNRHE	-		-	-	
Seguros (ISSM)	-		-	750.000,00	
BANCO OPORTUNIDADE	-		-	692.920,00	
BIM	-		-	308.125,00	
Outros Proveitos Financeiros (Juros)	-		-	159.714,86	
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar-DNE-PSP				2.369.877,68	
Saldo transitado de 2017 para 2018		18.670.096,81	18.670.096,81	18.670.096,81	100,00%
TOTAL	60.010.330,00	18.670.096,81	78.680.426,81	81.854.603,53	104,03%

Execução de Despesas por Rubrica

Tabela 9: Execução por Classificação Económica da Despesa (MT)

Descrição	Dotação Inicial (1)		Dotação Actualizada (2)		Execução (3)		Grau de Execução (4=3/2)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	333.095.000,00	71,98%	308.353.712,42	43,62%	214.203.122,50	67,69%	69,47%
DEMAIS DESPESAS COM PESSOAL	1.550.000,00	0,33%	4.283.937,37	0,61%	1.916.860,80	0,61%	44,75%
BENS	6.703.470,00	1,45%	12.663.886,66	1,79%	3.203.072,69	1,01%	25,29%
SERVIÇOS	81.020.320,00	17,51%	313.230.508,29	44,31%	92.415.024,34	29,20%	29,50%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES A FAMÍLIAS	-	0,00%	50.000,00	0,01%	-	0,00%	0,00%
MAQUINARIA EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	26.494.940,00	5,73%	53.142.072,37	7,52%	4.712.807,31	1,49%	8,87%
MEIOS DE TRANSPORTE	13.904.000,00	3,00%	13.904.000,00	1,97%	-	0,00%	0,00%
DEMAIS BENS DE CAPITAL	-	0,00%	1.293.146,89	0,18%	-	0,00%	0,00%
TOTAL	462.767.730,00	100,00%	706.921.264,00	100,00%	316.450.887,64	100,00%	44,76%

Salários e Remunerações

Os recursos para a execução da rubrica de salários e remunerações do pessoal nacional, na sua maioria, provêm dos Recursos do Tesouro. No período em apreço, foi executado o valor de **214.203.122,50 MT**, o que corresponde a **67,69%** do peso total da execução e **69,47%** da execução da rubrica.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução desta rubrica foi de **1.916.860,80 MT**, o que corresponde a **0,61 %** do peso total da execução de **44,75%** da execução da rubrica. Nesta rubrica destaca-se o pagamento de subsídios aos estagiários do Projeto INAS e de ajudas de custos, bem como ajudas de custos, no âmbito da formação dos formadores provinciais do e-SISTAFE.

Bens

A rubrica de bens congrega as despesas de combustível, bens para manutenção de móveis e imóveis e material de consumo para escritório. Esta rubrica atingiu uma execução total de **3.203.072,69 MT**, o que corresponde a **1,01%** do peso total da execução e **25,29%** da execução da rubrica.

Serviços

A rubrica de serviços agrega o pagamento da manutenção, e reparação de bens imóveis e rendas. A sua execução foi de **92.415.024,34 MT** o que corresponde a **29,20%** do peso total da execução e **29,50%** da execução da rubrica.

Equipamento e Mobiliário

Esta categoria de despesas, com uma execução de **4.712.807,31 MT** o que corresponde a **1.49%** do peso total da execução e **8.87%** da execução da rubrica. A despesa refere-se a aquisição de equipamento Informático.

Execução por Objectivo Estratégico

A outas análise de execução das despesas do CEDSIF é através dos Objectivos Estratégicos, tal como ilustra a tabela 10.

Tabela 10: Execução por Objectivo Estratégico no 1º Semestre de 2018

Objectivos Estratégicos	Orçamento Actualizado		Despesas Pagas de 2018		Grau de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF	393.702.267,09	55,69%	216.401.629,89	68,38%	54,97%
Consolidar a reforma do SISTAFE Total	73.734.273,53	10,43%	34.069.417,05	10,77%	46,21%
Dar continuidade a implementação do SISTAFE Total	177.156.489,08	25,06%	56.720.899,97	17,92%	32,02%
Apoiar as instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao SISTAFE	33.035.486,06	4,67%	9.258.940,73	2,93%	28,03%
DNT - Finanças por resultado	29.292.748,24	4,14%	0	0,00%	0,00%
TOTAL MZN	706.921.264,00	100,00%	316.450.887,64	100,00%	44,76%

Dos Objectivos Estratégicos, destaca-se “Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF” com peso orçamental de **55.69%**, peso da execução de **68.38%** e grau de execução do seu orçamento é de **54.97%**.

Saldo Financeiro a 30 de Junho de 2018

O saldo financeiro final dos Parceiros do Fundo Comum, de União Europeia, Receitas Próprias e BCI é **263.133.822,09 MZN** Este saldo, provém dos saldos existentes na CUT em várias moedas e na Conta Forex - USD, tal como ilustra a tabela 11.

Tabela 11: **Saldo Financeiro do CEDSIF a 30 de Junho de 2018**

Saldos	Fonte de Recurso	MT	USD	EUR
CUT	133FCSISTAFE	26.623.331,49	1.238.753,80	4.615,69
	134UE-CEDSIF	649.350,58		
	134BEL-CEDSIF	6.018.503,68		
	111CEDSIF	27.815.492,52		
CEDSIF	133FCSISTAFE	3.448.680,77		
	134BEL-CEDSIF	1.556.831,56		
	111CEDSIF	13.416.339,50		
	134WB-DNT	13.170.871,84		
	134UE-CEDSIF	2.580.703,50		
	134ASDI	592.420,00		
BANCO	BCI-CEDSIF	8.521.359,83		
	BCI-ESCOLA	3.166.516,25		
	BIM	308.125,00		
Subtotal		107.868.526,52	1.238.753,80	4.615,69
Cambio		1,00	59,32	68,54
Subtotal		107.868.526,52	73.482.875,42	316.336,31
Total MT		181.667.738,25		
Dotação Disponível		81.466.083,84		
Total MT		263.133.822,09		

4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

A análise da execução de actividades do PAO 2018, com base na matriz de controlo, mostra que no primeiro semestre, das **87** actividades programadas para **2018**, estava prevista a realização de **85**, dentre as quais **57** anuais, **4** a executar em três trimestres, **15** a executar dentro do 1º semestre e **9** em três meses, tendo sido iniciadas **46** anuais, **2** realizáveis em nove meses, **13** executáveis em seis meses e, destas, concluída **1**, e **8** cuja realização estava para três meses, tendo sido concluídas **6**, conforme ilustra a tabela 12.

Tabela 12: Actividades Programadas vs Realizadas e Iniciadas²

Por Objectivo Estratégico	PAO 2018						
	Act. Anuais	Avaliação do Desempenho do 1º Semestre					
		Programadas a Iniciar/Concluir no 1º Semestre	A concluir no 1º Semestre	Concluídas	Em Curso	Não Realizadas por Falta de Financiamento	Não Realizadas por Diversas Razões, no Período
A. Consolidar a Reforma do SISTAFE	15a	15a	0a	0a	12a	0a	3a
	1 b	1b	0b	0b	1b	0b	0b
	6c	5c	4c	1c	4c	0c	0c
	3d	3d	3d	1d	2d	0d	0d
B. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE	13a	13a	0a	0a	8a	2a	3a
	1b	1b	0b	0b	0b	1b	0b
	2c	2c	1c	0c	2c	0c	0c
	3d	3d	3d	2d	0d	1d	0d
C. Apoiar Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	3a	3a	0a	0a	3a	0a	0a
	0b	0b	0b	0b	0b	0b	0b
	0c	0c	0c	0c	0c	0c	0c
	0d	0d	0d	0d	0d	0d	0d
D. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	26a	26a	0a	0a	23a	0a	3a
	2b	2b	0b	0b	1b	1b	0b
	8c	8c	3c	0c	6c	1c	1c
	4d	3d	3d	3d	0d	0d	0d
Sub -Total	57a	57a	0a	0a	46a	2a	9a
	4b	4b	0b	0b	2b	2b	0b
	16c	15c	8c	1c	12c	1c	1c
	10d	9d	9d	6d	2d	1d	0d
Total	87	85	17	7	62	6	10
%	100%	97,70%	20,00%	8,24%	72,94%	7,06%	11,76%

² a) Actividade prevista a concluir em quatro trimestres; b) Actividade prevista a concluir em três trimestres; c) Actividade prevista a concluir em dois trimestres; d) actividade prevista a concluir em um trimestre.

Observação: São consideradas actividades não realizadas aquelas cujo início estava previsto que ocorresse no 1º Semestre, independentemente, do trimestre em que fossem iniciadas. Refira-se que dentre as actividades previstas e em avaliação, algumas com previsão de conclusão de três ou seis meses, o seu início estava programado para ocorrer no 1º trimestre; isso explica a razão de existência de actividades ainda em curso, embora a sua execução enquadre-se apenas três ou seis meses.

A avaliação de desempenho, ou seja, o cálculo da percentagem do desempenho é feito apenas em actividades concluídas, em curso, não realizadas por falta de financiamento e por outras razões, relativamente às **85** actividades programadas para o 1º semestre. Portanto, estão excluídas as **17** actividades cuja conclusão estava prevista para 1º semestre, porquanto elas estão reflectidas nas componentes de actividades seguintes, sendo que a sua inclusão na avaliação pode induzir ao erro.

No primeiro semestre não ocorreram **16** actividades, pese embora prevista a sua execução no PAO 2018 para este período. Refira-se que **6** não foram realizadas por falta de financiamento e a execução das **10** remanescentes a sua realização está condicionada a vários factores, podendo estas, com excepção de **1** cuja execução está dependente da aprovação do Sistema de Carreiras do CEDSIF, ainda serem executadas no presente exercício económico.

A análise e avaliação percentual de dados quantitativos revela que as actividades previstas no PAO 2018 estão em curso, sendo a maior parte relativa ao funcionamento da instituição e, seguidamente, à consolidação da reforma e implementação do SISTAFE.

5. PERSPECTIVAS PARA 3º TRIMESTRE DE 2018

As perspectivas de execução do PAO 2018 estão focalizadas na prossecução das actividades já iniciadas, e inclui o arranque das previstas para o 3º trimestre prioriza melhoria dos Módulos existentes no e-SISTAFE, desenvolvimento dos Módulos previsto na Lei do SISTAFE e de acções que materializam os resultados definidos por objectivo estratégico, incluindo apoio na implantação de Sistemas Complementares ao e-SISTAFE. As actividades programadas são as seguintes:

Consolidar a Reforma do SISTAFE

- Implementar o Plano de Acção de Revisão dos Perfis de Acesso ao e-SISTAFE (e-CAF/e-Folha, II Fase) e o e-SISTAFE por via da Internet com vista a Facilitar o acesso ao e-SISTAFE aos seus usuários a esse Sistema e redução dos custos inerentes ao Sistema.
- Garantir o pleno funcionamento do e-SISTAFE, identificando e implementando melhorias correctivas e evolutivas nos módulos existentes.
- Dar continuidade à formação e reciclagem dos utilizadores do e-SISTAFE.
- Consolidar a infraestrutura de tecnologia de informação (TI) do Centro de Dados e a adaptação dos processos de operação e manutenção, por via da elaboração da Estratégia de Gestão de Periféricos (rede interna e manutenção de e-SISTAFE) 2017 a 2022, aquisição de equipamentos e actualização das ferramentas em uso.
- Operacionalizar demonstrativos contabilísticos e a conformidade contabilística.
- Desenvolver a funcionalidade “Navegar Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP)”, no âmbito de transacções/Operações Contabilísticas (OC)/Contas contabilísticas, a partir de objecto, conta contabilística e OC. E
- Promover acções de melhorias do Roteiro de Pagamento de Salários.

Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE

- Operar o Sistema de Gestão de informação de Finanças Públicas (SGIFP), acedendo painéis de monitoria (quadros de bordo) com (i) indicadores da Visão

das Finanças Públicas; (ii) análises dos Indicadores Chave de Desenho do MINEDH; e (iii) Análises das Contas de Gerência.

- Concluir a remodelação dos processos: 1) Gestão da Programação do Controlo Interno; 2) Gestão das Listas de Verificação; e 3) Programação e Execução de Auditorias.
- Operacionalizar funcionalidades do Subsistema do Património do Estado, nomeadamente, de: Incorporação, Gestão e Desincorporação Patrimonial, Contratações Públicas, e Interface electrónica via Internet;
- Desenvolver a aplicação informática do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) e rever a Legislação de Suporte do SISTAFE, no âmbito da reforma do Subsistema do Orçamento do Estado (SOE).
- Operacionalizar as funcionalidades de suporte do funcionamento do e-SNGRHE e as do Módulo III relativas ao processo de desligamento do Aparelho do Estado, e formar os utilizadores.
- Operacionalizar o sistema de pagamentos a Pensões processadas no sistema do Instituto Nacional de Previdência Social. E
- Operacionalizar o projecto Alertas, introduzindo na rotina do e-SISTAFE a emissão de alertas sobre pagamentos efectuados no Módulo de Execução Orçamental (MEX) e sobre a proximidade do prazo de realização da Prova de Vida dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE).

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Operacionalizar o projecto SINAGEC, tendo em conta as funcionalidades de Catalogação de Insumos e Serviços de Construção Civil, Carga de Preços de Mercado e Cálculo de Preços de Referência de Insumos e Serviços de Construção Civil para a Província e Cidade de Maputo. E
- Operacionalizar o projecto e-INAS, garantindo o acesso ao sistema em todas as Delegações do Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Funcionamento e Desenvolvimento do CEDSIF

- Melhorar a eficiência e eficácia do sistema informático de atendimento às solicitações dos utilizadores do e-SISTAFE, no âmbito processo de consolidação do sistema de gestão de incidentes.
- Desenvolver Sistema de Informação para Gestão – SIG, agregando a informação sobre os indicadores do CEDSIF e de Gestão das Finanças Públicas.
- Garantir o funcionamento do CEDSIF com tecnologias de informação e comunicação (TIC) actualizadas.
- Promover acções para redução de custos de aquisição e manutenção de equipamentos das redes do e-SISTAFE e da INTIC.
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, para a implementação e consolidação dos processos do CEDSIF, bem como monitoria dos *stakeholders* do CEDSIF., E
- Realizar quatro (4) auditorias internas de controlo da aplicabilidade, adequabilidade e eficácia das normas de segurança, no âmbito do estabelecimento do Sistema de gestão de segurança de informação em conformidade com a norma ISO 9001.

6. ANEXOS

Anexo 1: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades para 2018.

Anexo 2: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2018.

Anexo 3: Mapa de UGB Descentralizadas no 1º Semestre de 2018.